

Revista mantida por grupos de pesquisa em História sediados na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na Universidade Federal de Sergipe (UFS) e na Universidade Regional do Cariri (URCA), especializada na publicação de artigos de revisão e resenhas de livros de História e Memória.



Wendy Goldman | Imagem: [Brasil 247](#)

Retrocessos na igualdade – Resenha de *Mulher, Estado e Revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936*, de Wendy Goldman

Maria Luiza Vasconcelos Fernandes de Oliveira (UFS)

Resumo: *Mulher, Estado e Revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917–1936*, de Wendy Goldman, investiga os impactos da Revolução Russa sobre a vida das mulheres, com base em legislação e debates ideológicos. Apresenta lacunas teóricas e críticas atenuadas à política soviética, mas destaca-se como obra fundamental para estudos feministas de perspectiva marxista.

Palavras-chave: Revolução Russa; gênero; história das mulheres; políticas familiares; emancipação feminina.

Mulher, Estado e Revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917–1936, é um livro de historiografia social do gênero ensaístico, escrito por Wendy Goldman, cujo objetivo é analisar os primeiros 20 anos após a revolução russa sob a perspectiva feminina, abordando seu lugar e papel na sociedade soviética. Publicado originalmente em 1993, a obra foi traduzida para o português em 2014, com prefácio de Diana Assunção, que destaca sua importância para os estudos feministas de perspectiva marxista.



Wendy Goldman é professora do departamento de História da Carnegie Mellon University, Pensilvânia, e especialista em estudos políticos e sociais sobre a Rússia e União Soviética, Gênero e Classe Trabalhadora. Nesta obra, Goldman utiliza ampla documentação político-legislativa, articulada às teorias ideológicas vigentes, buscando traçar a presença e relevância das mulheres nesta sociedade revolucionária. A obra está estruturada em oito capítulos e uma conclusão.

No primeiro capítulo, a autora nos apresenta as teorias que fundamentaram o pensamento soviético e a construção de suas legislações, bem como a noção de que o sucesso da revolução está intimamente ligado à libertação feminina. Dessa forma, temos acesso aos debates travados por teóricos revolucionários como Alexandra Kollontai, Clara Zetkin, Leon Trotski e Vladimir Lênin, e os entraves apresentados por juristas e pedagogos às propostas de igualdade de gênero. Essas discussões envolviam a união livre, socialização do trabalho doméstico e inserção a mulher no mercado de trabalho.

O segundo capítulo da obra adentrou o primeiro recuo na utopia bolchevique apresentada no primeiro capítulo, a partir do fracasso da criação socializada infantil. Com a guerra civil e a fome na URSS, milhões de crianças ficaram sem lar, seja por abandono ou por fugirem de casa em busca de melhores condições. Para a autora, os bolcheviques tentaram implantar a criação socializada das crianças em instituições estatais, minimizando a importância dos laços familiares. Contudo, enfrentaram dificuldades com a mortalidade infantil, superlotação dos orfanatos e falta de recursos.

O terceiro capítulo se atém ao Código de 1918, que introduziu o reconhecimento legal da união livre a partir da facilitação do divórcio, bem como do casamento civil, como único reconhecido perante o Estado, ainda que não obrigatório para se estabelecer uma união. Na prática, isso gerou confusão e insegurança, especialmente para mulheres e crianças. Ainda segundo a autora, a classe trabalhadora enfrentava dificuldades para lidar com a Nova Política Econômica (NEP), que minava as possibilidades da mulher no mercado de trabalho. Goldman aponta que a NEP não só dificultava qualquer possibilidade de a mulher exercer o amor livre, como a empurrava para a prostituição em busca de complementar a renda do lar após ser abandonada com os filhos por seu companheiro.

Enquanto o terceiro capítulo se volta a situação dos trabalhadores urbanos, o capítulo 4 se atém ao espaço camponês. Goldman afirma que o ambiente rural apresentou ainda mais resistência às reformas pós-revolução. A maioria da população russa era camponesa e vivia em comunidades tradicionais profundamente patriarcais. O novo Código da Família – que promovia o amor livre, autonomia da mulher e inserção delas no âmbito público – enfrentou forte resistência nas aldeias, onde as mulheres ainda eram vistas como subordinadas e enfrentavam grandes obstáculos para exercer seus novos direitos legais. Apesar disso, algumas mulheres camponesas começaram a se valer da nova legislação para lutar por pensões, terras e maior autonomia. O capítulo demonstra o profundo contraste entre a legislação progressista e a realidade do país, especialmente no campo.

Os capítulos 5 e 6 estão intimamente relacionados, pois abordam a relação de causa e consequência instituída na República Soviética a partir de meados da década de 1920, após a reestruturação da legislação. Iniciou-se a redação de um novo Código da Família, visando resolver as contradições do código anterior. Juristas e líderes debatiam como conciliar liberdade individual com proteção legal, especialmente para mulheres e crianças. O novo esboço buscava legitimar tanto o casamento civil quanto as uniões de fato, mas revelava tensões entre os ideais revolucionários e a necessidade de ordem social. Com o novo código, Goldman (2017) aponta que crescia a preocupação com os efeitos sociais ocasionados pela instabilidade familiar, como o abandono de mulheres com filhos e a evasão das responsabilidades paternas. O Estado passou a tentar controlar a vida privada em nome da ordem social, ao mesmo tempo que os bolcheviques divergiam entre reforçar os princípios revolucionários ou aplicar medidas restritivas.

O capítulo sete tem como foco o controle da natalidade e o aborto. Nos anos 1920, a legalização do aborto foi vista como um avanço para a saúde das mulheres, mas nos anos 1930, o discurso mudou. O Estado passou a considerar o aborto como uma ameaça demográfica e social. Enquanto as mulheres buscavam autonomia reprodutiva, o governo soviético passou a promover a maternidade como dever patriótico, e em 1936, o aborto foi novamente proibido, marcando uma guinada autoritária. O capítulo demonstra como o corpo feminino se tornou um campo de disputa entre a emancipação e o controle estatal.

Por fim, no capítulo oito, Goldman (2014) descreve o retorno à valorização da família como resposta ao “caos” provocado pelas reformas anteriores. O Estado soviético passou a reforçar os papéis tradicionais de gênero, promovendo a maternidade e o casamento estável. A proibição do aborto, a criminalização da delinquência juvenil e a repressão à liberdade sexual foram partes dessa reação conservadora.

Os dois últimos capítulos, em conjunto com a conclusão, demonstram a virada conservadora da revolução, agora sob o governo de Stalin, assumindo um papel cada vez mais repressivo e centralizado, contradizendo os princípios iniciais. A autora destaca como o projeto de libertação feminina acaba sendo subordinado ao fortalecimento estatal de Stalin, e frisa o quão devastador é que a noção global de socialismo seja frequentemente associada a esse período da revolução.

Com a chegada da obra ao Brasil, em 2014, e diante da escassez de materiais em língua portuguesa sobre a emancipação das mulheres soviéticas pós-revolução, a obra de Goldman foi lida e resenhada por seis autores. Vestana, Lamarão e Buzzi (2014), Tonelo (2014) e Yonekura (2023) utilizam o formato de resenha para comentar a obra. As três resenhas conseguem destrinchar os capítulos de forma ampla, abordando cada um com detalhamento, de modo que seus trabalhos são boas fontes para compreender os objetivos e resultados da obra de Goldman (2014), bem como as questões abordadas em cada capítulo. No entanto, os autores não emitem críticas à obra.

Tonelo (2014) e Yonekura (2023) adotam um formato muito semelhante em suas seções conclusivas, ressaltando os pontos positivos da obra para os estudos de gênero. Vestana, Lamarão e Buzzi (2014) compreendem a obra numa relação direta com questões feministas atuais; sua resenha aponta que, mesmo 100 anos passados desde o contexto abordado por Goldman, vários dos problemas enfrentados pelas mulheres continuam. A crítica tecida não se destina à obra, mas, sim, ao contexto global.

Ayres (2015), em sua resenha, diferente dos autores supracitados, se posiciona criticamente, mas frisa que seu comentário não visa diminuir a relevância da obra, mas pontuar que a autora se esquia de relacionar os dados obtidos com a política vigente, fazendo isso

apenas brevemente na conclusão. Em concordância com o apontamento de Ayres (2015), percebemos que, durante a escrita a autora parece evitar tecer críticas à política vigente na primeira década. Ainda que sua escrita aponte os retrocessos e problemas enfrentados, Goldman (2014) moderar suas críticas ao governo e justifica a situação a partir das ausências do país (pobreza, fome, guerra) sem relacionar com a política vigente ou responsabilizá-la.

Andrade (2016) e Assunção (2017) apontam o mesmo problema na obra: a adesão automática a algumas formulações, sem o devido desenvolvimento teórico desses pensamentos. Em apoio à crítica de Andrade (2016) e Assunção (2017), e reutilizando o comentário realizado no parágrafo anterior, acrescentamos que Goldman utiliza o primeiro capítulo de sua obra para desenvolver o pensamento teórico soviético e o faz de forma bastante completa e consistente. No entanto, para o leitor menos informado acerca das teorias marxistas e feministas, não é possível compreender as linhas teóricas que a própria autora se apoia, visto que ela se esquivava da responsabilidade de evocá-las claramente em seu texto.

No entanto, discordamos de Assunção (2017) quando ela pontua que “O livro de Goldman felizmente não atribui o retrocesso no direito familiar dos anos 1940 exclusivamente a Stálin, demonstrando suas raízes profundamente sociais” (p. 389), pois compreendemos que o intuito da autora não era esse. Durante toda a obra, a autora realmente pontua a relação entre as raízes sociais e a dificuldade de implementação dos direitos familiares; contudo, seu trecho conclusivo se dedica em maioria a culpabilizar Stalin pelo retrocesso total dos direitos das mulheres, sendo perceptível, inclusive, uma mudança na forma de escrita da autora, que passa a ser mais brusca ao abordar a política stalinista.

Para finalizar, reconhecemos que Goldman (2014) cumpriu com seu objetivo de transcorrer os primeiros 20 anos pós-revolução russa através da perspectiva feminina, abordando seu lugar e papel na sociedade soviética e reiteramos a importância da obra para os estudos de gênero, sendo uma contribuição importante para os estudos feministas, principalmente quando relacionados a uma perspectiva de classe e gênero. Ainda que vejamos como pontos negativos as eventuais lacunas teóricas supracitadas e a tendência da autora em abrandar suas críticas, apontamos que essas questões não superam as virtudes da obra, que se mostra uma e rara fonte acerca da tentativa de emancipação feminina na União Soviética. Recomendamos o trabalho a estudiosos das ciências humanas, especialmente das áreas de história, sociologia, gênero e estudos marxistas.

Referências

ANDRADE, Joana El-Jaick. Mulher, Estado e revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936. *Crítica Marxista*, Campinas, SP, v. 23, n. 42, p. 215–217, 2016. DOI: 10.53000/cma.v23i42.19256. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cma/article/view/19256>. Acesso em: 11 maio 2025.

ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. A abortada revolução feminina: avanços, inviabilidades e contradições soviéticas no tocante à questão da mulher. *Verinotio – Revista On-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 23, n. 2, p. 379–391, nov. 2017.

AYRES, Carla Simara. Mulheres, realidade social e desafios emancipatórios. *Revista Estudos Feministas*, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 619–621, 2015. DOI: 10.1590/00000000000000000000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/38880>. Acesso em: 11 maio 2025.

GOLDMAN, Wendy. *Mulher, Estado e Revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1923*. São Paulo: Boitempo; Edições Iskra, 2014.

TONELO, I. Ler a revolução “com os olhos das mulheres”. *Lutas Sociais*, [S. l.], v. 18, n. 33, p. 193–196, 2014. DOI: 10.23925/ls.v18i33.25752. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/25752>. Acesso em: 11 maio 2025.

VESTENA, Carolina Alves; LAMARÃO, Fernanda Goulart; BRUZZI, Valeska. Mulher, Estado e Revolução: política da família soviética e da vida social entre 1917 e 1936, de Wendy Goldman. *Revista Direito e Práxis*, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 538–544, 2014. DOI: 10.12957/dep.2014.13560. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/13560>. Acesso em: 11 maio 2025.

YONEKURA, Yasmim. GOLDMAN, Wendy. Mulher, Estado e Revolução: política da família soviética e da vida social entre 1917 e 1936. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 400–404, 2023. DOI: 10.26512/les.v24i2.51817. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/51817>. Acesso em: 11 maio 2025.

Sumário de *Mulher, Estado e Revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917 - 1936*

Prefácio à Edição Brasileira

Prólogo – Amor e revolução; Diana Assunção

Agradecimentos da Autora

1. As origens da visão bolchevique: amor sem entraves, mulheres livres
2. O primeiro retrocesso: *besprižornost'* e a criação socializada da criança
3. A lei e a vida colidem: união livre e população assalariada
4. Agitando o mar de estagnação camponesa
5. Podando o “matagal burguês”: esboço de um novo código da família
6. Liberdade sexual ou caos social: o debate sobre o Código de 1926
7. Controlando a reprodução: mulheres *versus* Estado
8. Reformulando a visão: a ressurreição da família

Conclusão – O oxímoro de Stálin: Estado Socialista, direito e família

Índice de tabelas

Créditos das imagens

Resenhista



Maria Luiza Vasconcelos Fernandes de Oliveira é mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe (PROHIS/UFS) e licenciada em História pela mesma universidade. ID Currículo LATTES:

<https://lattes.cnpq.br/6430175889581663>; ID ORCID:

<https://orcid.org/0000-0001-6068-3198>; E-mail:

marialuizacg@outlook.com.

Para citar esta resenha

GOLDMAN, Wendy. *Mulher, estado e revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1923*. São Paulo: Boitempo; Edições Iskra, 2014. 399p. Resenha de: OLIVEIRA, Maria Luiza Vasconcelos Fernandes de. Retrocessos na igualdade. *Crítica Historiográfica*. Natal, v. 5, n. 22, p. 1-6, mar./abr., 2025.

© – Os autores que publicam em *Crítica Historiográfica* concordam com a distribuição, remixagem, adaptação e criação a partir de seus textos, mesmo para fins comerciais, desde que lhes sejam garantidos os devidos créditos pelas criações originais. (CC BY-SA).